



CLIPPING SEMANAL

Semana 1 – Novembro de 2020




DIÁRIO DO TRANSPORTE

Projetos das Rodovias Fernão Dias, Autopista Litoral Sul e Autopista Fluminense são aprovados para captação de investimentos

Publicado em: 6 de novembro de 2020





O Ministério da Infraestrutura, por meio da Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias, aprovou como prioritário para a emissão de debêntures incentivadas os projetos de investimentos propostos pela Autopista Fernão Dias S/A, Autopista Fluminense S/A e Auto Pista Litoral Sul, concessões administradas pela Arteris.

As autorizações, publicadas em Portarias, constam da edição desta sexta-feira, 06 de novembro de 2020 do Diário Oficial da União.

As debêntures são uma forma de captação de financiamento no mercado utilizados por empresas quando os recursos internacionais estão escassos.

Pela Portaria nº 2.204, a Secretaria aprovou o projeto de investimento em infraestrutura rodoviária, no setor de logística e transporte, proposto pela Autopista Fernão Dias S.A.

O projeto tem por objeto a exploração da concessão do serviço público de operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do sistema rodoviário que integra o do Lote Rodoviário 05, referente à rodovia BR-381/SP/MG, trecho São Paulo – Belo Horizonte, com extensão de 562,1 km, nos Estados de São Paulo e Minas Gerais.

Principal ligação entre as cidades de São Paulo e Belo Horizonte, a Fernão Dias desde 2008 é administrada pela Arteris.

Desde o início da concessão, foram implantadas melhorias nos 562 quilômetros da rodovia que liga as cidades de Contagem/MG e Guarulhos/SP e que recebe cerca de 250 mil veículos por dia e atende aproximadamente 16,6 milhões de habitantes. Em termos de movimentação de cargas e passageiros, os volumes de tráfego são mais altos nos trechos entre Bragança Paulista (SP) e São Paulo, e Igarapé (MG) e Belo Horizonte, em ambos os sentidos da rodovia. O tráfego hoje é composto 34,8% por veículos comerciais e 65,2% por veículos de passeio.

O Projeto da Autopista Fernão Dias S.A. consiste no reembolso dos recursos enviados pela Arteris S.A. para investimentos realizados entre setembro de 2018 e agosto de 2020, limitados a 24 meses anteriores à data de encerramento da oferta pública.

Dentre os referidos investimentos ao longo da BR 381-SP/MG destacam-se os seguintes:

– execução de ruas laterais no km 94,2; melhorias de acesso no km 791,7; passagens em desnível nos km 479,2 e 480,8; passagem inferior tipo galeria no km 477,7; melhorias dos sistemas de controle de tráfego e implantação de CFTV; reparação e atualização dos equipamentos e sistemas de arrecadação de pedágio; manutenção e substituição de sinalização vertical e horizontal; manutenção dos sistemas de iluminação; fresagem e recomposição de base e CBUQ dos pavimentos e execução de faixas adicionais dos km 35,2 ao 58,8 na pista norte e do km 21,8 ao 65,7 na pista sul.

Já pela Portaria nº 2.206, a Secretaria aprovou o projeto de investimento em infraestrutura rodoviária, no setor de logística e transporte, proposto pela Autopista Litoral Sul S/A, também administrada pela Arteris.


A Litoral Sul é responsável pela administração do trecho conhecido como Corredor do Mercosul, que compreende o Contorno Leste de Curitiba (BR-116), a BR-376 e a BR-101 e o Contorno de Florianópolis, fazendo a ligação da capital paranaense ao município de Palhoça, no estado de Santa Catarina. O trecho engloba 23 municípios em sua malha viária e tem 356,6 quilômetros de extensão. O contrato foi assinado em 14 de fevereiro de 2008 com vigência de 25 anos.

O Projeto consiste no reembolso de despesas efetuadas nos 24 meses anteriores à data de encerramento da oferta pública realizados no Lote Rodoviário 07, referente à rodovia BR-116/BR-376/PS e BR-101/SC, trecho Curitiba Florianópolis, com extensão de 405,9 km, no Estado de Santa Catarina.

Dentre os referidos investimentos ao longo da BR 101-SC destacam-se os seguintes: execução e implementação da rodovia de parte do trecho norte do Contorno de Florianópolis do Km 177,0 ao 184,5 e execução de duas passagens em desnível no km 178,8 e no km 182,5.

Por fim, e pela Portaria nº 2205, a Secretaria de Fomento autorizou o projeto da Autopista Fluminense, concessão também operada pela Arteris.

A Fluminense é a empresa responsável pelos 322 quilômetros da rodovia BR-101 RJ/Norte, no trecho que liga a cidade de Niterói até Campos dos Goytacazes, fazendo divisa com o estado do Espírito Santo. Aproximadamente, 8,5 milhões de habitantes vivem próximos à rodovia, que recebe mais de 110 mil veículos por dia.



O Projeto da Autopista Fluminense S.A. visa a exploração da concessão do serviço público de operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do sistema rodoviário que integra o Lote Rodoviário 04, referente à rodovia BR-101/RJ, trecho Niterói – Divisa RJ/ES, com extensão de 320,1 km, no Estado do Rio de Janeiro.

O objetivo da captação é reembolsar os recursos enviados pela Arteris S.A. para investimentos realizados entre setembro de 2018 e agosto de 2020.

Dentre os referidos investimentos ao longo da BR 101-RJ destacam-se os seguintes: correção de traçado do km 84,6 ao 101,9; implementação de trevos em desnível nos km 92,8, 101,1 e 122,1; duplicação do km 84,6 ao 177,0; execução de trevo em desnível no km 204,1; duplicação do km 190,3 ao 228,8; passagens inferiores em Casemiro de Abreu; e implementação de 9 passagens de fauna entre os km 190,3 e 261,2.

A BR-101/RJ Norte liga as cidades de Campos dos Goytacazes, Conceição de Macabu, Quissamã, Carapebus, Macaé, Rio das Ostras, Casimiro de Abreu, Silva Jardim, Rio Bonito, Tanguá, Itaboraí, São Gonçalo e Niterói. Tem um papel importante na rede rodoviária brasileira, promovendo a


ligação entre as regiões Sudeste e Sul do País. É também relevante sob o ponto de vista econômico, conectando a região norte da costa litorânea do Estado do Rio de Janeiro e suas bacias petrolíferas. Além disso, permite o acesso a uma região de importantes polos turísticos, como Búzios e Cabo Frio e o litoral sul Capixaba.



Destaques

TransBrasil concluiu alça do viaduto que liga a Av. Rodrigues Alves, no Rio de Janeiro

📅 5 de novembro de 2020 👁 3 Views 💬 0 comentários



No último dia 30, o Consórcio TransBrasil entregou mais uma importante etapa das obras de Construção do BRT do Rio de Janeiro. Com 220m de extensão, 4,60m de largura de tabuleiro, 6 vãos de 30m cada, sendo um deles em estrutura mista (vigas metálicas + laje em concreto) e os demais em vigas de concreto protendido acrescido de 40m de extensão de terra armada em seu último segmento, a Alça de Acesso a Av. Rodrigues Alves e novo acesso ao Túnel Marcelo Alencar foi entregue e liberada para o uso dos motoristas cariocas. A nova alça tem sua origem no Viaduto do Gasómetro, existente em trecho que fazia parte da antiga perimetral, finalizando na Av. Rodrigues Alves sentido centro.

Modelagens computacionais foram elaboradas para comprovação de atendimento às cargas previstas em sua nova utilização, provas de cargas dinâmica e estática em superestrutura, bem como inspeções e reparos nos diferentes elementos estruturais. A Alça interliga o acesso para quem vem das importantes vias como Av. Brasil, Linhas Vermelha e Amarela e da Ponte Rio Niterói, facilitando o acesso para a região central do Rio, Aeroporto Santos Dumont, Aterro do Flamengo e Zona Sul da cidade.

Com a nova alça motoristas terão acesso direto ao Túnel Marcelo Alencar, otimizando o tempo gasto anteriormente com trânsito lento, devido ao grande fluxo diário de veículos na região influenciados pelos acessos à estação Leopoldina da Silveira, Av. Presidente Vargas e a localização da Rodoviária Novo Rio, assim como do INTO (Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia), que recebem grande número de pessoas transitando diariamente. Durante todo o processo de construção da Alça, devido a sua importante localização, vários obstáculos foram identificados e tratados através de estudo do tráfego local e planejamento realizado em conjunto com a CET-Rio (Companhia de Engenharia de Tráfego do RJ) e administração municipal, que em parceria com o Consórcio organizou fechamentos de importantes trechos de vias e acessos necessários para execução do projeto.

Mais uma concorrente

“País é muito grande para ter só 3 aéreas”, diz presidente do grupo Itapemirim


Empresa de transporte rodoviário se prepara para lançar sua companhia aérea em meio à crise



Por **Agência Estado**

3 nov 2020 09h10 - Atualizado 1 dia atrás





Em recuperação judicial, o grupo Itapemirim, conhecido pelo transporte rodoviário, se prepara para lançar sua empresa aérea, apesar da crise enfrentada pelo setor desde o início da pandemia.

O presidente do grupo, Sidnei Piva, avalia que as perspectivas são positivas para a Ita Transportes Aéreos. A ideia é que a companhia comece a operar em março, com aeronaves modelo A320, e alcance cem aviões em 5 anos. “É inadmissível ter só três companhias aéreas de grande porte no Brasil”, afirmou.

Leia, a seguir, os principais trechos da entrevista.

Como a crise da covid-19 afetou os resultados do grupo?

Estamos apostando em um crescimento significativo em novembro e dezembro e devemos recuperar parte das perdas com a covid-19. As ações de proteção tomadas no começo da pandemia e a continuidade no serviço de transporte garantiram um baque menor que o esperado. A perda deve ficar em 30% ante o ano passado. E 2021 vai ser totalmente atípico para o grupo: estamos projetando um crescimento de quatro a cinco vezes, por conta da entrada da companhia aérea.

Apesar de ser uma operação separada da empresa aérea, a Itapemirim está em recuperação judicial. Como está o processo?

Na empresa, nem chamamos mais de recuperação judicial. Para nós, é um plano de reestruturação e estamos próximos da liquidação, prevista para meados do ano que vem. Os pagamentos foram cumpridos rigorosamente e passamos para um plano de crescimento da empresa. A recuperação passou a ser um compromisso equacionado nas contas da empresa. Estamos saindo da pandemia mais fortes.

A recuperação judicial atrasou os planos para a empresa aérea?

Esse projeto existe desde meados de 2017, quando a canadense Bombardier nos procurou. Estavam buscando uma grife para o mercado brasileiro, nos encontraram e começamos a amadurecer a ideia. Não foi possível, pelos problemas da própria recuperação, que precisava ser aprovada. Mas uma equipe nossa foi desenvolvendo ideias mesmo assim e tivemos a oportunidade de falar do projeto para fundos de investimento no exterior. Acabamos entrando no ramo de táxi aéreo primeiro e o projeto da empresa aérea foi ganhando dimensão.

A recuperação pode atrapalhar a empresa de aviação?

Em nada. Além de serem operações separadas, a aérea vem contribuir para adiantar o processo de recuperação. A expectativa é que a aérea esteja operando em março. A empresa abriu um processo seletivo para contratar 600 funcionários, incluindo pilotos, copilotos e comissários. Tivemos 12 mil currículos aprovados.

Mas não é um risco começar a voar bem neste momento?

Não, a pandemia assustou no início, mas as medidas que tomamos nos prepararam. A gente tem um diferencial: vamos entrar com 2 mil agências de vendas de passagens. A ideia também é atrair um tipo de passageiro que já ande de ônibus e possa fazer conosco sua primeira viagem de avião, sem para isso praticar um preço que vai canibalizar as outras companhias. É inadmissível ter apenas três companhias de grande porte em um país como o Brasil, e ter mais companhias aéreas é algo que só melhora a competição. Vamos começar com dez aeronaves do porte do A320, da Airbus, para até 170 pessoas, mas vão ter capacidade reduzida adequada ao pós-covid-19.

Quais destinos irão oferecer?

Nesta primeira fase, a ideia é ter 80 voos diários para grandes centros. Nossas prioridades são: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo. Já no primeiro ano, a aérea pretende atender 80% do território nacional e vamos ligar isso ao transporte rodoviário. Hoje, são 2,7 mil cidades em que a Itapemirim está presente.

A empresa vai oferecer conexões com seus ônibus?

Sim. E em tempo real. Ele desce no aeroporto já com a outra passagem comprada, no horário certo e com bagagem despachada. Isso vai poder ser feito tanto para cidades do interior quanto para outros Estados.

A ideia é casar as operações do grupo?

A nossa proposta é ser uma companhia de mobilidade, via um projeto ferroviário (o grupo tem fabricantes de trens e de componentes e quer disputar concessões de linhas de metrô e VLT), rodoviário e aéreo. Vamos apresentar, a partir de março, uma unificação de modais, em que o passageiro terá a opção de escolher o destino, sem ter de usar cinco ou seis companhias para chegar.

Os planos de voo incluem rotas internacionais?

Primeiro, vamos fazer a lição de casa no mercado nacional. Não pretendemos, de início, fazer parcerias com outras empresas, mas, para 2022, vamos começar a olhar para fora, principalmente pensando em destinos na Europa e nos Estados Unidos. É difícil não pensar em Miami e Nova York – que viraram praticamente quintal dos brasileiros – e também estamos de olho em Portugal, Espanha, França e Inglaterra. A Ita, com certeza, estará com quatro destinos internacionais até o fim de 2022.

A empresa buscou financiamentos e anunciou aporte de US\$ 500 milhões de um grupo árabe. Esse recurso foi confirmado?

O financiamento foi confirmado a partir do aporte de recursos de um fundo de Dubai. A única etapa que está faltando é conseguir todas as certificações da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) para podermos voar. Está tudo certo com os aviões, agora só faltam os detalhes mais técnicos, de documentação. Esse dinheiro chega antes do primeiro voo. Além disso, temos recursos próprios e estamos oferecendo para pequenos e médios investidores nacionais a possibilidade de investir.

E há planos de a empresa abrir seu capital?

Sim. A Itapemirim deve abrir capital a partir de 2024, está no nosso plano de negócios. Quem resolver investir na empresa hoje já terá isso no horizonte para os próximos anos.

Contrato da CCR na Dutra termina em fevereiro, e usuários da rodovia dividem opiniões sobre mudança de gestão


Há indefinição sobre a gestão do trecho que vai da Baixada Fluminense até São Paulo; entenda

Cíntia Cruz

03/11/2020 - 03:30 / Atualizado em 03/11/2020 - 07:48



Fim do contrato da CCR será em fevereiro Foto: Guilherme Pinto / Agência O Globo



A quatro meses do fim do contrato de gestão da CCR com a Rodovia Presidente Dutra, ainda não há uma definição sobre a gestão do trecho Baixada da principal via federal que liga o Rio de Janeiro a São Paulo. A partir de 1º de março de 2021, a BR-116 será administrada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) até ser leiloada para nova concessão, de 30 anos, prorrogável por mais cinco.

A nova empresa vencedora da licitação vai gerir de São Paulo até Seropédica. O edital de licitação deverá ser lançado no primeiro semestre do ano que vem, segundo a ANTT. Já o trecho do pedágio de Seropédica até a Irajá vai permanecer com o governo federal até que haja uma definição sobre o modelo de concessão deste trecho. A informação foi confirmada na última terça-feira, com a aprovação do Plano de Outorga.

Com a mudança iminente, usuários especulam sobre o futuro da rodovia. O motorista Edson Rodrigues, de 53 anos, acredita que a gestão do governo federal irá atender às expectativas da população que circula pela via.

— Não vai ficar abandonada. O pedágio é muito caro. Passo com frequência por lá. Com o governo assumindo, esse valor vai baratear — acredita Edson, referindo-se à tarifa de R\$

15,20 cobrada a veículos de passeio e comerciais na praça de pedágio em Seropédica.

Pistas em ótimo estado e rápido atendimento das equipes. Essas são algumas das características da Dutra que os usuários mais destacam. Mas, segundo eles, a esta qualidade pode ficar comprometida com a saída da concessionária.

— Rodo muito de madrugada e, por duas ou três vezes, tive problemas com o carro e parei na pista. O atendimento da equipe da CCR Nova Dutra foi bem rápido. Com o governo assumindo, vai ficar ruim — avaliou o autônomo Igor Vieira, de 30 anos.

O receio do autônomo João Paulo Ribeiro, de 24 anos, é de que a rodovia sofra com o abandono.

— O Arco Metropolitano está abandonado, todo quebrado. Tudo porque não tem uma empresa administrando — afirmou João.

Mais de 300 quilômetros cedidos

No estado do Rio, além do trecho de 124,9 quilômetros da Rodovia Presidente Dutra, que liga Seropédica à divisa entre o Rio e São Paulo, será concedido o trecho de 218,2 quilômetros da BR-101/RJ, que vai de Campo Grande, na Zona Oeste do Rio, até a fronteira entre os dois estados. Também serão cedidos trechos de São Paulo dessas duas rodovias. A receita total estimada para o período da concessão da via foi de mais de R\$ 65 bilhões.

A Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio (Concer), que opera a BR-040 (Rio- Juiz de Fora), também tem contrato de concessão sobre a rodovia até fevereiro do ano que vem. A quatro meses do fim do prazo, não houve audiência pública para tratar do tema nem foi aberta nova licitação para concessão. A obra da nova pista foi paralisada em 2016, após irregularidades constatadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Na Dutra, a próxima etapa é a análise do Ministério da Infraestrutura (Minfra) e, em seguida, o encaminhamento da proposta para avaliação do TCU. Após o aval do órgão de controle, a previsão é lançar o edital de licitação no primeiro semestre de 2021.



O portal de rodovias do brasil

CLIQUE AQUI E RECEBA
O BOLETIM DO ESTRADAS
GRATUITAMENTE


[HOME](#) [NOTÍCIAS](#) [INFORMAÇÕES DAS ESTRADAS](#) [PEDÁGIOS](#) [COLABORADORES](#) [PARADAS APROVADAS](#) [SOS ESTRADAS](#) ▾



Notícias > BR-040 ficará sem cobrar pedágio a partir de fevereiro de 21

BR-040 FICARÁ SEM COBRAR PEDÁGIO A PARTIR DE FEVEREIRO DE 21

Por Redação - 01/11/2020



Os usuário da BR-040, entre Rio de Janeiro e Juiz de Fora (MG) ficarão sem pagar a tarifa de pedágio a partir de fevereiro de 2021, por conta do encerramento do contrato de concessão com a empresa Concer.

De acordo com o Ministério da Infraestrutura (MInfra), a futura licitação será do trecho Rio-Belo Horizonte (MG), e nova concessionária deverá assumir a rodovia somente em meados de 2022.

Ainda de acordo com o MInfra, no mesmo mês – fevereiro – também será finalizada a concessão da Via Dutra (BR-116), entre Rio e São Paulo, atualmente sob a administração da NovaDutra, mas o contrato será estendido até que uma nova empresa assuma a concessão.

Segundo o MInfra, a nova licitação da Via Dutra incluirá também o trecho da BR-101 entre o Rio e Ubatuba (SP). A vencedora terá que completar a duplicação da estrada entre a capital fluminense e Angra dos Reis (RJ).

Ainda de acordo com o MInfra, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) administrará a Rio-Juiz de Fora até que a nova concessionária assuma a rodovia.

Segundo o MInfra, o trecho da BR-040 até Belo Horizonte será mais atrativo para atrair novas empresas numa futura concessão, o que permitirá uma redução no valor da tarifa, que, atualmente, é de R\$ 11,60 em cada uma das três praças.

Há a possibilidade, segundo o MInfra, de vir a ser concluído as obras do túnel de quase cinco quilômetros – paralisadas há quatro anos – que fazem parte da construção de uma nova pista de 15 quilômetros no trecho entre Rio e Petrópolis.

De acordo com o MInfra, a nova licitação da Via Dutra prevê investimentos de mais de R\$ 30 bilhões em obras como a construção de uma nova descida da Serra das Araras, no estado do Rio, iluminação de led ao longo de toda a rodovia e um caminho para romeiros nas proximidades de Aparecida do Norte (SP). A subida e a descida da Serra das Araras terão quatro pistas e que o pedágio será reduzido em até 35%. Todas as obras, ainda segundo ele, ocorrerão entre o terceiro e o novo ano da futura concessão.

PUBLICAÇÕES OFICIAIS

DIÁRIO OFICIAL DE ANO X LV I - Nº 202 TERÇA-FEIRA, 3 DE NOVEMBRO DE 2020

ATOS DO PODER EXECUTIVO ATO DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 47.339 DE 29 DE OUTUBRO DE 2020 PADRONIZA SIGLAS NO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES - SEI-RJ DAS UNIDADES QUE COMPÕE OS ÓRGÃOS E ENTIDADES DO PODER EXECUTIVO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e tendo em vista o que consta do Processo nº SEI-120001/008942/2020,

CONSIDERANDO: - o Decreto nº 46.730, de 09 de agosto de 2019, que regulamenta a Lei Estadual nº 5.427, de 01 de abril de 2009, no que dispõe sobre a produção e tramitação eletrônica de documentos e processos administrativos na Administração Pública Estadual; - a necessidade de padronizar o trâmite de processos administrativos eletrônicos, no âmbito do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, e - a necessidade de adoção das melhores práticas de gestão eficiente,

DECRETA:

Art. 1º - Os Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual que possuírem em suas estruturas, as seguintes Unidades, adotarão as siglas abaixo relacionadas: I - GABSEC para Gabinete do Secretário; II - CHEGAB para Chefia de Gabinete; III - ASSJUR para Assessoria Jurídica; IV - ASSCOM para Assessoria de

Comunicação; V - SUBEXE para Subsecretaria Executiva; VI - SUBGERAL para Subsecretaria Geral; VII - PRESI para Presidência; VIII - PROT para Protocolo; IX - VICEPRES para Vice-Presidência; X - OUVI para Ouvidoria; XI - CORREG para Corregedoria; XII - CONFIS para Conselho Fiscal; XIII - CONADM para Conselho Administrativo.

Art. 2º - As siglas das unidades dos Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual não abarcadas pela regra do art. 1º deverão iniciar com os seguintes prefixos, de acordo com o caso: I - AGE, para agências; II - ARQ, para arquivos; III - ASS para assessorias; IV - AUD para auditorias; V - COMIS para comissões; VI - COM para comitês; VII - CONS para conselhos diretores; VIII - COO para coordenadorias; IX - DEP para departamentos; X - DG para direções gerais; XI - DIR para diretorias; XII - DIV para divisões; XIII - FUN para fundos; XIV - GER para gerências; XV - NUC para núcleos; XVI - POST para postos; XVII - SEC para seções; XVIII - SERV para serviços; XIX - SET para setores; XX - SUB para Subsecretarias; XXI - SUP para Superintendências.

Parágrafo Único - As siglas poderão conter, no máximo, 08 (oito) caracteres.

Art. 3º - Os Órgãos e Entidades terão 30 dias para providenciar as adequações necessárias para o cumprimento deste decreto.

Art. 4º - O Órgão Gestor do Sistema Eletrônico de Informações - SEIRJ terá 15 (quinze) dias, após o término do prazo estabelecido pelo art. 3º, para providenciar as adequações necessárias à reclassificação das siglas.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 29 de outubro de 2020

CLÁUDIO CASTRO

Governador em Exercício



CLIPPING 2020

Endereços das matérias publicadas na íntegra:

1. <https://diariodotransporte.com.br/2020/11/06/projetos-das-rodovias-fernao-dias-autopista-litoral-sul-e-autopista-fluminense-sao-aprovados-para-captacao-de-investimentos/>
2. <https://revistaoe.com.br/transbrasil-concluiu-alca-do-viaduto-que-liga-a-av-rodrigues-alves-no-rio-de-janeiro/>
3. https://www.infomoney.com.br/negocios/pais-e-muito-grande-para-ter-so-3-aereas-diz-presidente-do-grupo-itapemirim/?fbclid=IwAR1RYMsfBbHW0ZnITSxd4_2CG4aTwMTyLT-sJHOWQSpN3N7EbETLSvdVUXM
4. <https://oglobo.globo.com/rio/contrato-da-ccr-na-dutra-termina-em-fevereiro-usuarios-da-rodovia-dividem-opinioes-sobre-mudanca-de-gestao-24725738>
5. <https://estradas.com.br/br-040-ficara-sem-cobrar-pedagio-a-partir-de-fevereiro-de-21/>

Edição: Nelson Nóbrega/ASCS

Produção: Lucas Portacio/ASCS



CODERTE

Companhia de Desenvolvimento
Rodoviário e Terminais

